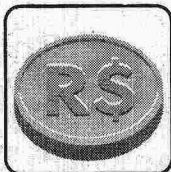


Pacote tentará desaquecer a economia

SÍLVIA FARIA e LEISE TAVEIRA

BRASÍLIA — O Governo vai tentar induzir o desaquecimento da economia com um pacote de medidas fiscais, monetárias e cambiais, para evitar a volta da inflação, o desabastecimento interno e o desequilíbrio das contas externas. Enquanto o ministro do Planejamento, José Serra, tem praticamente pronto um corte rigoroso nas despesas de custeio e investimentos do setor público, o ministro da Fazenda, Pedro Malan, prepara as providências na área monetária (maior controle da liquidez, através do compulsório bancário) e cambial (restrições às importações).



Depois de analisar exaustivamente as informações sobre o crescimento das vendas e das importações e o alto nível de atividade da indústria, a equipe econômica concluiu que os sinais são preocupantes. O secretário de Política Econômica, José Roberto Mendonça de Barros, observa que o elevado consumo interno está gerando mais consumo, porque as indústrias estão ampliando a produção e aumentando a massa salarial com o pagamento de horas extras.

Para agravar a situação, o presidente Fernando Henrique Cardoso decidiu elevar o salário-mínimo em 42% e estendendo o percentual aos aposentados,



Arida: normas para enquadrar empresas de factoring

num momento delicado do plano de estabilização. Estima-se que a medida vai gerar no mínimo meio ponto percentual de inflação, sem considerar o imprevisível efeito em cadeia sobre o preço dos serviços em geral.

Os dados sobre uma ligeira desaceleração do consumo em março não foram confirmados em abril. Informações mais recentes sobre as vendas indicam firme aquecimento, sustentado pelo crediário com cheques pré-datados. O que faz das empresas de factoring (que compram faturamento de terceiros e financiam os pré-datados) um dos principais alvos das medidas

econômicas. O presidente do Banco Central, Pêrsio Arida, vai propor mudanças na legislação do sistema financeiro, classificando as factoring como instituições financeiras, já que elas estão atuando como intermediárias.

O que mais exaspera a equipe é a não reação do saldo cambial. O balanço cambial (diferença entre entrada e saída de divisas do país) continua altamente negativo em abril. Embora as saídas do mercado financeiro tenham diminuído, o comércio exterior não está reagindo como se esperava. Depois de novo e inesperado déficit comercial em março,



Mendonça de Barros: consumo alto gera mais consumo

não se tem expectativa de reversão do quadro em abril ou mesmo em maio. O Governo freou a importação de bens de consumo duráveis, com o aumento da tributação, mas a compra externa de bens de capital, de insumos e matérias-primas para a indústria cresceram tanto que já respondem por 50% do total.

Há restrições dentro da equipe ao aumento do Imposto de Importação, porque internamente a medida é inflacionária, no entender dos técnicos, ao pressionar a oferta interna. O Governo tem constatado aumento dos preços e conta com alta da inflação nos próximos meses.

As medidas do Governo para inibir o consumo

1. Cortes adicionais das despesas de custeio e investimento do setor público, para reduzir a pressão que o Governo exerce sobre a demanda.

2. Exigência de financiamentos de prazo longo às importações, para inibir as compras internas.

3. Diluição dos prazos de pagamento das importações financiadas, para reduzir o impacto da remessa de dólares sobre o saldo cambial.

4. Reestruturação do depósito compulsório dos bancos junto ao Banco Central. Em lugar de enxugar a liquidez através do recolhimento de percentual da captações dos depósitos, a idéia é fixar tetos para empréstimos.

5. Enquadramento legal das empresas de factoring nas normas do Banco Central para o mercado financeiro.